

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA-UNEB

Autorização Decreto nº 9237/86. DOU 18/07/96.
Reconhecimento: Portaria 909/95, DOU 01/08-95
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

DEDC - CAMPUS VII
Departamento
de Educação



UNEB
UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA

DESAFIOS NO ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS ESTUDANTES CALMONENSES EM SENHOR DO BONFIM- BA

Sara Barbosa de Sena¹

Ivânia Paula Freitas de Souza Sena²

RESUMO:

O presente artigo traz resultados da pesquisa de conclusão do curso de Pedagogia, cujo objetivo foi compreender as vivências e desafios enfrentados pelos estudantes calmonenses residentes na casa estudantil de Senhor do Bonfim. Enquanto objetivos específicos, buscou-se apreender como os sujeitos convivem com as contradições que desafiam sua permanência na universidade. Há mais de 20 anos o poder executivo municipal de Miguel Calmon dispõe de uma casa do estudante no município de Senhor do Bonfim – CESB e desde sua inauguração, já recebeu estudantes de várias regiões do município. O estudo foi realizado por meio de uma abordagem qualitativa, de cunho exploratória. Assim, os dados obtidos foram constituídos por meio de entrevistas semiestruturadas e um questionário fechado, que ouviu onze (11) sujeitos, estudantes e residentes. Os resultados aqui obtidos apontam que o processo de mudança de cidade para buscar acesso à educação envolve não apenas aspectos logísticos, mas também emocionais, sociais e financeiros; exige renúncias, esforço constante e enfrentamento de diversas adversidades. Ademais, o estudo revelou que o Ensino Superior é compreendido como indispensável para estes jovens e isso lhes dá força, resiliência e capacidade de superação dos obstáculos.

Palavras-chave: ensino superior público; estudantes; desigualdade social.

ABSTRACT

This article presents the results of the Pedagogy undergraduate research project, which aimed to understand the experiences and challenges faced by students from Miguel Calmon living in the Senhor do Bonfim student housing. The specific objectives were to understand how these individuals navigate the contradictions that challenge their continued presence at the university. For over 20 years, the Miguel Calmon municipal executive branch has operated a student housing facility (CESB) in Senhor do Bonfim, and since its inauguration, it has welcomed students from various regions of the municipality. The study used a qualitative, exploratory approach. Data were collected through semi-structured interviews and a closed-ended questionnaire, which included eleven (11) students and residents. The results indicate that the process of moving to another city to seek access to education

¹ Graduanda do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia (DEDC-7); barbosasarah60@gmail.com.

² Professora do Curso de Pedagogia na Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Mestrado e Doutorado em Educação, Pós-doutorado em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares; ipfsouza@uneb.br.

involves not only logistical aspects, but also emotional, social, and financial ones; it requires sacrifices, constant effort, and the overcoming of various adversities. Furthermore, the study revealed that Higher Education is understood as indispensable for these young people and this gives them strength, resilience and the ability to overcome obstacles.

Keywords: public higher education; students; social inequality.

TRAJETÓRIAS, VIVÊNCIAS E DESAFIOS UNIVERSITÁRIOS: nosso ponto de partida

O artigo 205 da Constituição Federal do Brasil (Brasil, 1988) prescreve a educação como direito universal, dever do Estado e da família, “promovida e incentivada com a colaboração social, para o pleno desenvolvimento da pessoa”. Nessa perspectiva, os programas e políticas públicas voltadas para a educação são caracterizadas como conjuntos de ações e decisões tomadas pelo Estado para assegurar o acesso, a permanência, a equidade e a qualidade da aprendizagem nas instituições educacionais, sendo iniciativas que priorizam a inclusão de grupos socioeconomicamente excluídos.

Neste viés, sabe-se que a escolha profissional é compreendida como um processo que se caracteriza como decisório e envolve tanto a definição de uma futura ocupação, até a construção da identidade profissional almejada para o futuro do indivíduo. Além disso, é marcada pela tentativa de conciliar os desejos e anseios pessoais com as possibilidades reais oferecidas pela realidade em que este indivíduo está inserido. Dessa forma, esse momento se caracteriza pela busca do equilíbrio entre os anseios individuais e as limitações ou oportunidades impostas pelo contexto em que esse sujeito está inserido, bem como questões econômicas e culturais. Assim, é necessário reforçar que o contexto socioeconômico exerce significativa influência nesse processo, podendo ampliar ou restringir as possibilidades de decisão dos indivíduos de acordo com as condições que estão inseridos.

Segundo Vargas (2018), as dificuldades de ordem econômica podem impactar significativamente a trajetória acadêmica de estudantes em situação de vulnerabilidade social, comprometendo o seu rendimento e permanência na instituição de ensino. Finatti *et al.* (2007, p. 248) afirmam que: "para que o aluno possa desenvolver-se em sua plenitude acadêmica, é necessário associar, à qualidade do ensino ministrado, uma política efetiva de assistência, em termos de moradia, alimentação, saúde, esporte, cultura e lazer, entre outras condições".

O ingresso no ensino superior representa, para muitos estudantes, a realização de um importante objetivo pessoal e profissional. No entanto, essa conquista não elimina os desafios enfrentados ao longo da trajetória acadêmica. Os estudantes universitários, especialmente nos

pequenos municípios marcados pela desigualdade social, vivenciam uma série de desafios que dificultam o acesso e permanência no ensino superior.

De modo geral, as universidades brasileiras têm sido responsáveis pela capacitação e formação acadêmica de muitos jovens na última década. Porém, mesmo com a expansão e o crescimento do número de universidades, o número de vagas disponibilizadas não atende a toda a demanda, revelando a carência do sistema educacional em prover o acesso ao Ensino Superior (Soares *et al*, 2018, p. 208).

Entre os obstáculos mais comuns estão a pressão por resultados acadêmicos, a necessidade de conciliar trabalho e estudo, questões financeiras, além de problemas relacionados à saúde mental e à adaptação ao ambiente universitário. Tais questões tornam evidente a importância de refletir sobre as condições reais vivenciadas por estes sujeitos, considerando-os não apenas como receptores de conhecimento, mas como protagonistas de sua formação e de transformações sociais mais amplas que não se restringem somente a si mesmos, mas a todos que estão à sua volta. Nessa perspectiva, Pinto e Colares (2015, p. 274) afirmam que assumir o compromisso com a formação integral do estudante implica ir além do processo de ensino-aprendizagem, reconhecendo que, ao longo de sua trajetória, o jovem pode enfrentar situações de vulnerabilidade. Nesse sentido, as Instituições de Ensino Superior (IES) devem estar preparadas para oferecer suporte e acolhimento, promovendo ações que contribuam para seu bem-estar e permanência na vida acadêmica.

A educação é amplamente reconhecida como um dos principais instrumentos de transformação social, capaz de promover a equidade de oportunidades, a cidadania e o desenvolvimento humano. No entanto, em contextos marcados por desigualdade social, como o Brasil, o sistema educacional frequentemente reproduz as mesmas injustiças que deveria combater.

Não se pode negar que a pobreza e a desigualdade foram edificadas historicamente, fruto de uma sociedade constituída e organizada com base na exploração de grande parcela da população, para sustentar os privilégios de uma minoria. Assim, a desigualdade social é uma realidade em todo o mundo e pode ser facilmente identificada através de uma análise histórica de fatos e de índices de desenvolvimento (Vasconcelos; Araújo; Oliveira, 2020, p. 91).

A universidade pública ocupa um papel central na produção de conhecimento, na formação de profissionais e na promoção do desenvolvimento social. No entanto, como vimos enfatizando, as desigualdades econômicas, são obstáculos concretos para que mais estudantes pobres possam dar continuidade aos estudos depois da educação básica.

A ampliação do acesso ao ensino superior no Brasil ganhou força a partir a primeira

década dos anos 2000, quando buscou-se implementar uma série de políticas públicas voltadas à democratização da educação. Salata, Bringhenti e Miranda (2005) afirmam que durante esse período, houve um aumento significativo no número de matrículas nas universidades públicas e privadas, aumento esse que foi impulsionado por programas como o Programa Universidade para Todos (ProUni), que oferece bolsas de estudo em instituições privadas para estudantes de baixa renda, e a expansão do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), que possibilitou o ingresso de muitos jovens em cursos superiores por meio de financiamentos acessíveis e contribuiu fortemente na interiorização das universidades federais, criando novas instituições em regiões antes desassistidas e, muitas vezes, esquecidas, o que contribuiu para a inclusão de populações historicamente marginalizadas, como os estudantes das periferias, das zonas rurais, negros, indígenas e quilombolas.

Essas ações resultaram em um aumento expressivo da presença de alunos de camadas populares no ensino superior, marcando um avanço importante na redução das desigualdades sociais e educacionais no país. Assim, verifica-se que: “[...] a expansão dos sistemas de educação superior em todas as regiões trouxe novos grupos econômicos para a universidade, com uma maior diversidade de culturas, níveis de formação e expectativas acadêmicas” (McCowan; Schendel, 2015, p. 20).

Segundo Ganan, Pinezi (2021, s/n): “sabe-se que a discussão do acesso/ingresso à universidade, principalmente à universidade pública, está intrinsecamente vinculada à questão da permanência estudantil [...]”. É nesse contexto que se situa a Casa do Estudante de Senhor do Bonfim (CESB), alugada em meados do ano de 2000 pela prefeitura municipal de Miguel Calmon. Durante seus mais de 20 anos de funcionamento, abriga diversos moradores da sede, sobretudo da zona rural do município. Miguel Calmon é um município pacato situado na região da Chapada Norte baiana, que possui pouco mais de 25 mil habitantes segundo o último censo, e é conhecido pelo grande número de estudantes aprovados no ensino superior anualmente. (IBGE, 2024).

Muitos dos estudantes que residiram ao longo dos anos de funcionamento sequer cogitariam prestar vestibular caso não tivessem certeza que a CESB estaria disponível para os receber. Sabiam que, caso passassem, não teriam a possibilidade de morar fora, levando em consideração a condição de vida de suas famílias, a dificuldade em conciliar estudo e trabalho para ajudar na renda e sustento, e, acima de tudo, na falta de políticas públicas suficientes e contínuas que ofereçam suporte para esses estudantes, já que ajudas desse tipo só passam a acontecer depois de um tempo, caso o mesmo seja contemplado com esses auxílios.

Esta pesquisa nasceu do fato de eu fazer parte desta realidade enquanto natural de

Miguel Calmon e residente da CESB. A vivência na CESB me trouxe as seguintes indagações: Quais são desafios enfrentados pelos estudantes calmonenses residentes na Casa do Estudante em Senhor do Bonfim, na condição de estudantes do ensino superior? Como os estudantes descrevem sua experiência de adaptação à nova rotina fora do município de origem? Como as dificuldades financeiras e os desafios emocionais influenciam a permanência dos estudantes calmonenses que residem na casa estudantil de Senhor do Bonfim?

Movida pelas indagações que me atravessaram e pelas falas que cotidianamente ouvia dos colegas, a pesquisa objetivou compreender as vivências e desafios enfrentados pelos estudantes calmonenses que residem na casa estudantil de Senhor do Bonfim, além de dois objetivos específicos: a) apreender como a Casa do Estudante contribui para a superação das dificuldades financeiras e sociais dos residentes e b) analisar os efeitos emocionais e acadêmicos do deslocamento e adaptação e c) identificar como a formação na educação básica interfere no ensino superior.

PERCURSO METODOLÓGICO

O estudo foi realizado por meio de uma abordagem qualitativa, que se caracteriza como: “[...] uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível [...]” (Chizzotti, 2006, p. 28). A pesquisa foi constituída a partir de diálogos com 11 moradores da Casa do Estudante de Senhor do Bonfim (CESB) sendo todos eles residentes atuais. A pesquisa foi do tipo exploratória, que tem como objetivo

[...] proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado (Gil, 2002, p. 41).

A escuta foi realizada por meio de uma entrevista semiestruturada com perguntas em torno das seguintes questões: 1) Acesso ao Ensino Superior e escolhas acadêmicas; 2) Vivências e adaptação na Casa de Estudante de Senhor do Bonfim (CESB); 3) Impactos pessoais e acadêmicos do deslocamento e, 4) Condições socioeconômicas e acesso a Políticas Públicas.

Para Triviños (1987): “[...] a entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas

dos informantes” (p.146). Para dar conta do nosso objeto, utilizamos como complementação das informações, de diálogos individuais e em grupos pequenos, que aconteceram de forma espontânea no decorrer do período da pesquisa, visto que o diferencial deste estudo se dá pelo fato de a pesquisadora estar inserida no convívio da Casa.

Além da entrevista, também foi utilizado um questionário, objetivando traçar o perfil sociocênomico dos sujeitos. Para Yaremko, Harari, Harrison & Lynn (1986, p. 186), o questionário pode ser definido como “um conjunto de perguntas sobre um determinado tópico que não testa a habilidade do respondente, mas mede sua opinião, seus interesses, aspectos de personalidade e informação biográfica”. Procedemos com a caracterização do grupo de participantes por considerar essencial em qualquer pesquisa acadêmica, especialmente quando se busca compreender aspectos sociais e educacionais.

ACESSO AO ENSINO SUPERIOR: um direito e um sonho

O acesso ao Ensino Superior tem apresentado uma tendência de alta nas últimas décadas. Ainda assim, o percentual não chega nem a 20% do total de habitantes de 25 anos ou mais no Brasil segundo o último censo (IBGE, 2022). Questões socioeconômicas representam uma das principais barreiras: muitos jovens pertencentes a famílias de baixa renda precisam adentrar precocemente no mercado de trabalho, o que impossibilita a continuidade dos estudos. Além disso, a desigualdade na qualidade da educação básica compromete a formação de alunos da rede pública, limitando suas chances de obter um bom desempenho em exames como o ENEM e vestibulares. As desigualdades de renda, raça e etnia levaram às políticas de cotas a partir da Lei nº 12.711/2012, que têm garantido maior acesso à educação superior para grupos historicamente excluídos (Brasil, 2012).

Outro fator determinante para o acesso conhecimento sobre os programas de acesso, como o Sistema de Seleção Unificada (SISU), Programa Universidade para Todos (UPT) e Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). O Sistema de Seleção Unificada (SISU) é hoje a principal porta de entrada para universidades públicas, utilizando exclusivamente a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para a classificação dos candidatos, além de vestibulares, que tem como aliado o Programa Universidade para Todos, fazendo parte do histórico de grande parte dos entrevistados.

Chegar à universidade é uma trajetória de muitas superações; permanecer nela, também. Muitos estudantes enfrentam dificuldades diárias com a sua permanência na universidade. A maioria dessas dificuldades se dão pelo fato de, como citado anteriormente, em muitas das cidades não haver faculdades públicas, o que ocasiona na saída desses estudantes de suas

localidades, tendo que enfrentar, acima de tudo, a incerteza de como sobreviver no novo lar, bem como conciliar, muitas vezes, os estudos com um trabalho para ajudar no seu sustento e conviver em um contexto social bem diferente do que o de costume.

Neste sentido, aqueles indivíduos das camadas populares da população que conseguem transpor estas barreiras e acessar o ensino superior em geral enfrentam dificuldades de diferentes tipos para realizar plenamente seus objetivos de formação [...] (Vargas; Heringer, 2017, p. 6).

A casa do estudante de Miguel Calmon, durante seus mais de 20 anos de funcionamento, recebe estudantes que, a partir da sua chegada, compreendem que lidarão com outros indivíduos durante a sua estadia, com regras, direitos e deveres. Não se sabe ao certo quantos estudantes já passaram pela residência, mas, Miguel Calmon se destaca pelas aprovações anuais de indivíduos no ensino superior público em diversas cidades, sobretudo em Senhor do Bonfim.

Para ter acesso ao direito de morar na residência, o pretendente precisa atestar ser cidadão de Miguel Calmon e ter sido aprovado na universidade ou estar matriculado em um curso técnico, sendo a vaga na residência garantida e amparada pelo poder executivo municipal. Cabe aos residentes arcar com os seus gastos pessoais e o que é usufruído por todos.

Perfil dos estudantes residentes

Podemos dizer que a Casa de residentes teve origem no ano de 1999 quando um cidadão calmonense se mudou para a cidade de Senhor do Bonfim, localizada a aproximadamente 380 km da capital baiana, Salvador, em busca de um emprego melhor. Ao chegar, passou a fazer parte de um dos cursos na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus VII, fazendo com que a possibilidade fosse viável para outros sujeitos. Ao se inscreverem e serem selecionadas, três jovens moradoras do município buscaram possibilidades de cursarem o ensino superior na cidade em questão, tendo inicialmente o apoio e incentivo de uma professora que foi crucial para a fundação da Casa do Estudante de Senhor do Bonfim.

Assim como muitos dos moradores atuais, essas três jovens pertenciam a famílias de baixa renda que tinham o desejo de estudar e quebrar as barreiras impostas pelas suas condições financeiras e usaram suas dificuldades como motivação para buscar a realização de seus sonhos. A partir de então, outros jovens usufruíram da oportunidade de estudar tendo a Casa do Estudante como um aparato numa cidade com mais oportunidades como Senhor do Bonfim-Ba.

Os estudantes foram caracterizados da seguinte forma:

Tabela 1: Perfil dos Estudantes

Estudantes	Lugar de origem (campo/cidade)	Idade	Ano de Ingresso na casa	Curso/Universidade
E1	Campo	20	2023.2	Pedagogia- Uneb
E2	Cidade	18	2025.1	Ciências da Natureza- Univasf
E3	Campo	21	2023.1	Enfermagem- Uneb
E4	Cidade	24	2021.2	Ciências Biológicas- Uneb
E5	Cidade	24	2021.2	Enfermagem- Uneb
E6	Campo	23	2024.1	Ciências Contábeis- Uneb
E7	Cidade	23	2023.1	Ciências contábeis- Uneb
E8	Campo	19	2025.1	Enfermagem- Uneb
E9	Cidade	22	2023.1	Ciências contábeis- Uneb
E10	Campo	20	2024.2	Matemática- Uneb
E11	Cidade	20	2024.1	Enfermagem- Uneb

Fonte: arquivo pessoal

Os estudantes da Residência são assim caracterizados como pertencentes a famílias de baixa renda, oriundas da zona rural de Miguel Calmon, egressos em maior número de escolas públicas. A média salarial das famílias dos estudantes que recebem Bolsa Família varia de R\$ 80,00 a R\$ 379,50 per capita. Enquanto os 6 restantes variam entre 1 a 2 salários mínimos detalhados a seguir. Além disso, apenas 2 entrevistados não recebem auxílio estudantil.

Tabela 2: Perfil socioeconômico dos estudantes

Estudantes	Renda Familiar	Renda mensal per capita (para os que recebem Bolsa Família)/quantidade de membros por família	Residentes que estudam e trabalham
E1	Possui Bolsa Família	87,00/ 4 pessoas	Estuda e trabalha
E2	1 salário mínimo	2 pessoas	Somente estuda
E3	Possui Bolsa Família	379,50/ 4 pessoas	Somente estuda
E4	Possui Bolsa Família	117,50/ 4 pessoas	Estuda e trabalha
E5	2 salários mínimos	4 pessoas	Somente estuda
E6	Possui Bolsa Família	80,00/ 3 pessoas	Estuda e trabalha
E7	1 salário mínimo	4 pessoas	Estuda e trabalha
E8	2 salários mínimos	4 pessoas	Somente estuda
E9	Possui Bolsa Família	166,66/ 3 pessoas	Somente estuda
E10	2 salários mínimos	5 pessoas	Somente estuda
E11	2 salários mínimos	4 pessoas	Somente estuda

Fonte: arquivo pessoal

Apenas 4 dos estudantes e residentes trabalham, 2 não recebem bolsas e todos recebem ajuda dos familiares, sendo 5 delas contemplados com o Bolsa Família e 6 possuem entre um a dois salários mínimos, conforme descrito na tabela 1. Dentre essas famílias, 45,5% não possuem renda além de auxílios governamentais, o que agrava a pressão dos discentes para conseguir uma bolsa da universidade ou um trabalho muitas vezes diferente da sua formação universitária para amenizar os seus gastos. Sobre a importância dessas bolsas dos suportes oferecidos pelas políticas públicas:

Eu dependo de familiares e da bolsa da universidade. É um suporte enorme para pessoas de baixa renda, e que não poderia cursar sem essas políticas (E3).

[...] incentiva e ameniza a dependência de familiares (E10).

As bolsas ofertadas pela Universidade têm grande relevância, pois por meio delas conseguimos nos manter(E11).

[...] a bolsa da universidade e meus pais, são os pilares pra eu estar e continuar (E4).

As bolsas são essenciais. Sem a bolsa muitos de nós não conseguem se manter aqui (E1).

As políticas públicas voltadas para famílias de baixa renda são fundamentais para a promoção da justiça social e a redução das desigualdades. Elas garantem o acesso a direitos básicos como saúde, educação, alimentação, moradia e assistência social, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dessas populações. Programas como o Bolsa Família funcionam como instrumentos de inclusão e proteção social, possibilitando que muitas famílias superem situações de vulnerabilidade. Além disso, essas políticas ajudam a romper ciclos de pobreza ao oferecer oportunidades de desenvolvimento e autonomia, promovendo uma sociedade mais equitativa e com maior coesão social.

Em termos funcionais, portanto, parte-se da ideia de que políticas públicas servem para promover alguma coisa importante. Como nada é mais importante ou relevante do que direitos humanos, estes são comumente entendidos como o objeto (ou melhor, como a finalidade) de qualquer política pública (Mastrodi; Ifanger, 2019, p. 9).

Quando nos referimos às políticas públicas que garantem no ensino superior, é necessário ressaltar que esses auxílios são fundamentais para assegurar o acesso e a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Tais iniciativas contribuem diretamente para a redução das desigualdades educacionais, permitindo que jovens de baixa renda possam ingressar e concluir a universidade com dignidade.

As universidades públicas brasileiras são referências no quesito auxílio permanência. Dessa forma, os suportes ofertados pelas políticas públicas são essenciais, e, em alguns casos decisivos no que diz respeito a conclusão do curso de alguns indivíduos, sendo “fundamental para suprir as necessidades [...] é um suporte enorme para pessoas de baixa renda, e que não poderia cursar sem essas políticas.” (E2). “[...] as bolsas ofertadas pela Universidade têm grande relevância, pois por meio delas conseguimos nos manter” (E9). A partir deste estudo também

foi possível analisar que o apoio familiar se caracteriza como de extrema importância para esta nova etapa a vida destes estudantes, seja no quesito financeiro até ao apoio emocional.

Desfrutar de uma bolsa acadêmica estimulou duplamente a permanência desses estudantes, visto que, ao mesmo tempo que isto reduz as preocupações de ordem material, também oportuniza a presença em jornada integral na universidade e, por conseguinte, uma melhor apropriação da cultura acadêmica. (Ganam; Pinezi, 2021, s/n).

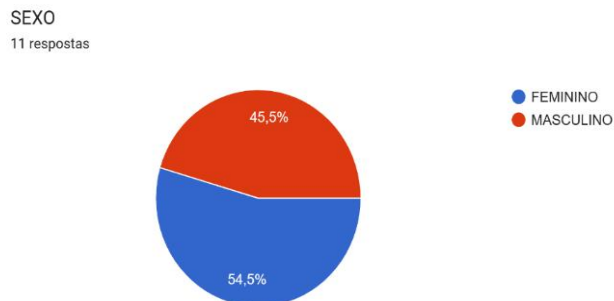
Considera-se que a efetiva inclusão e a democratização do ensino superior devem ultrapassar a questão do acesso e incluir a problemática da permanência. Dessa forma, as bolsas acadêmicas representam um investimento não apenas no indivíduo, mas no desenvolvimento social e econômico do país, ao favorecer a formação de profissionais qualificados e socialmente comprometidos.

Caracterização quanto à raça e sexo

A partir do questionário, foi realizado um levantamento sobre a composição do grupo de pesquisa no que se refere ao sexo dos participantes, com o intuito de identificar a quantidade de indivíduos do sexo feminino e masculino envolvidos no estudo, apresentado no gráfico 1. Além disso, o gráfico 2 apresenta os resultados acerca da cor ou raça indicado por cada participante.

O número de mulheres no ensino superior tem sido maior do que o dos homens nas últimas décadas, o que reflete mudanças significativas e avanços na luta pela igualdade de gênero. Esse cenário pode ser atribuído a diversos fatores: o maior incentivo à educação feminina, o comprometimento acadêmico, o acesso ampliado às políticas públicas de inclusão, além do fortalecimento de movimentos sociais que incentivam a presença feminina em espaços educacionais. A presença majoritária das mulheres no ensino superior também revela uma transformação cultural, na qual elas buscam maior independência financeira, autonomia e ascensão profissional.

No Brasil, pode-se afirmar que o perfil das mulheres está mudando, ainda que lentamente. A elevação da escolaridade formal das mulheres de um modo geral vem contribuindo para o acesso ao mercado de trabalho em diferentes setores, particularmente no setor de serviços, impulsionado pela expansão de oportunidades econômicas. As mulheres agora representam mais de 40% da mão de obra global, 43% da força de trabalho e mais da metade dos estudantes universitários do mundo (Banco Mundial, 2012, p. 3).

Gráfico 1- Especificação do quantitativo de estudantes por gênero

Fonte: Questionário realizado a partir do Google Docs.

A Casa do Estudante se caracteriza por sempre ter tido um número de mulheres superior ao de homens, característica essa que pode ser evidenciada a partir da distribuição de quartos, quantidades de pessoas em cada um e com os resultados apresentados no gráfico acima.

Nas últimas décadas, o número de negros no ensino superior brasileiro tem crescido significativamente, impulsionado principalmente por políticas públicas de ação afirmativa, como o sistema de cotas raciais e sociais. Assim, 7 dos (as) entrevistados (as) se autodefinem como negros (as) e pardos (as), enquanto 4 se autodefinem como brancos (as).

Além do aumento no ingresso de estudantes negros/pardos nas universidades, é fundamental discutir a qualidade da experiência acadêmica vivenciada por esses alunos, especialmente levando em consideração o histórico de exclusão enfrentados por essas pessoas ao longo da história no que diz respeito também a educação, assim como afirmam Olivem; Bello, (2017, p. 342), quando dizem que “no Brasil, com mais da metade da população formada por pretos e pardos, as universidades, principalmente as públicas, sempre foram um reduto quase exclusivamente branco [...]”.

ESCOLAS PÚBLICAS COMO ESPAÇOS DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Somos sujeitos constituídos a partir de uma sociedade capitalista, que visa uma educação para manter as formas de dominação, priorizando, desde o período colonial, o ensino pautado nos interesses das classes dominantes. Segundo Marques (2014):

A educação é parte da sociedade; qualquer que ela seja, tenha sido ou venha a ser. Para entendê-la é imprescindível mergulhar em sua história e nas

especificidades que a tornaram o que é no presente. Mas para entender o seu sentido mais profundo, é preciso buscar este todo maior de que faz parte, a sociedade que a perpassa (p. 756).

Verifica-se, pelo estudo realizado, que 23,3% dos entrevistados estudou a vida inteira em escola particular, enquanto todo o restante estudou em escolas públicas ou boa parte da Educação Básica. Os filhos e filhas da classe trabalhadora enfrentam dificuldades no que diz respeito à insuficiência de condições para acessar uma educação de qualidade. Para estes sujeitos, a escola se coloca como único espaço de acesso aos conhecimentos acumulados historicamente. O artigo 205 da Constituição Federal (Brasil, 1988) estabelece a

[...] educação como direito universal, dever do Estado e da família, promovida e incentivada com a colaboração social, para o pleno desenvolvimento da pessoa, do cidadão e do trabalhador. Portanto, os ditames constitucionais determinam que a educação instrumentalize não só a formação humana e suas potencialidades, mas, também capacite o cidadão-trabalhador, estando tal capacitação estritamente relacionada, por óbvio, com o nível superior (Diniz; Georgen, 2019, s/n).

Gisi (2006) afirma que: “tratar da desigualdade de acesso à educação superior requer um olhar atento sobre a problemática histórica da discriminação e da exclusão social de diferentes grupos na sociedade brasileira [...]” (p. 7). Atualmente, verifica-se a formação de um grande número de jovens com expectativa de ingressar na educação superior, e esse número fica-se subtendido a partir da grande demanda de pessoas que prestam vestibulares e fazem provas anualmente. “A dimensão da ampliação do Ensino Superior no Brasil pode ser aferida com destaque no aumento do número de matrículas na primeira década deste século [...]” (Costa; Dias, 2015, p. 53).

A partir da quantidade de indivíduos que conseguem efetivar a sua entrada nas universidades, é que se compreende que, apesar das melhorias da educação obtidas ao longo dos anos, a desigualdade existente no âmbito educacional ainda é muito comum. Além das dificuldades encontradas nas privações e necessidades em que a educação básica enfrenta, o indivíduo que ingressa em uma universidade ainda precisa lidar com a sua permanência, pois, assim como afirmam Costa e Dias (2015) “nesse contexto de crescimento significativo de matrículas de estudantes de camadas menos privilegiadas, é preciso considerar o quanto as condições encontradas por esses alunos nas instituições de ensino superior favorece a permanência [...]” (p. 52).

Para tentar o ingresso no ensino superior os estudantes recorrem aos cursos pre-vestibulares. Um dos cursos preparatórios mais comuns atualmente é o Universidade Para

Todos, mais conhecido como UPT, que é um curso oferecido e disponibilizado pela Secretaria de Educação da Bahia, para o fortalecimento da aprendizagem e a preparação dos estudantes, especialmente pobres do último ano e também que já concluíram o Ensino Médio, tendo como objetivo o foco nos processos seletivos, como o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), vestibulares, etc. A maioria dos jovens de escolas públicas consegue apenas o auxílio desse cursinho, como muitos o chamam, que acontece durante um período do ano letivo e conta com uma seleção que ocorre a partir das notas de Português e Matemática.

Dentre os 11 participantes, 5 conseguiram realizar algum curso preparatório, como o UPT. Ao serem questionados em relação aos desafios para adquirir uma vaga no ensino superior, alguns alegaram dificuldades, principalmente no que se refere a conteúdos não vistos anteriormente, bem como a incerteza ao ter que disputar essa vaga com outras pessoas mais bem preparados, como apontou o E1.

Sempre estudei em escola pública e fiz o UPT. Por vezes, a qualidade do ensino público tem um déficit e deixa a desejar, nesse caso, competir com essas pessoas que tinham tempo para estudar [...] saímos com um conhecimento muito vago e reduzido, especialmente comparado aos alunos de escolas particulares. (E1)

A gente fica em desvantagem. (E6).

A concorrência para passar no curso que queria foi difícil, pois alguns cursos são muito concorridos, então não dá pra concorrer de igual pra igual com pessoas que estudaram em escolas particulares e fizeram curso. É algo que deve ser mudado da base (E8).

Cinco (5) dos entrevistados são oriundos de comunidades camponesas. Muitas escolas públicas, especialmente nestas regiões, sofrem com a falta de recursos e carregam a marca de uma infraestrutura precária das escolas, escassez de materiais didáticos e até ausência de professores qualificados em disciplinas essenciais. Essa realidade não foi superada e compromete a formação dos alunos, que muitas vezes concluem o Ensino Médio sem dominar plenamente conteúdos exigidos nos processos seletivos para universidades, como o ENEM. Essa desigualdade educacional contribui para a perpetuação de um sistema excludente, em que o acesso ao ensino superior ainda é, em grande parte, privilégio de quem teve uma base educacional mais sólida e estruturada, geralmente oferecida por escolas particulares, ou gera insegurança para aqueles que desejam adentrar em uma universidade, como aponta E10 quando diz, referindo-se ao sonho de adentrar à universidade: “acho que eu senti medo por achar que não era capaz de entrar (E10).

ACESSAR E PERMANECER NA UNIVERSIDADE: OS ENTRAVES SOCIAIS NA TRAJETÓRIA ESTUDANTIL

Pensar em morar em outra cidade pode ser um alívio ou válvula de escape para alguns, porém, para muitos outros, pode se tornar um dilema desafiador. Ao sairmos de nossas casas em busca de um futuro de mais oportunidades, nos deparamos com uma realidade completamente diferente da que estamos acostumados. Essa realidade é, muitas vezes, cruel. Para Veloso e Maciel (2015, p. 228) “[...] o conceito de acesso à educação superior envolve três dimensões indissociáveis: o de ingresso, o de permanência e o de qualidade na formação, contrapondo-se, assim a uma visão fragmentada e imediatista [...]”.

A grande maioria das pessoas que já passou ou residiu na CESB, foi estudante de escolas públicas, praticamente todos oriundos do campo. Relatam ter enfrentado dificuldades desde o ensino infantil, até o ingresso no ensino superior, tendo em vista as condições financeiras, as condições de deslocamento e as demais precariedades encontradas nessas escolas. Nestas condições, poucos conseguiram fazer algum curso complementar que auxiliasse em seus estudos, gerando uma sensação de pouco confiança em ter que conquistar uma vaga “disputando” com alunos que se prepararam em melhores condições ao longo dos anos. Sobre o ingresso desses estudantes no ensino superior através do vestibular, Tragtenberg (2004), citado por Gisi (2006) avalia que

mascara uma seleção social preexistente, pois confere um poder simbólico a quem já tem um poder real, àqueles que possuem capital econômico e cultural, os que tiveram maiores oportunidades durante sua vida, que podem comprar bons livros, frequentar boas escolas, viajar, fazer cursos de línguas, assim o vestibular apenas escolhe os já escolhidos, é uma seleção que se dá na história da vida das pessoas, em especial para as universidades e cursos de maior prestígio.

De acordo com o autor, os processos dessa seleção focam o desempenho individual e se constituem sob mecanismos de exclusão, visto que em sua maioria, os beneficiados são aqueles que tiveram acesso a melhores condições educacionais, sendo assim, os que possuem capital financeiro para tal. Para Gisi (2006, p. 6), “[...] Isto indica que os problemas relacionados ao acesso à educação superior devem ser buscados também na educação básica e nas condições socioeconômicas dos candidatos”. Nessa perspectiva, Abreu; Ximenes (2021, p. 1) afirmam que:

O fenômeno da pobreza passa a ser compreendido em múltiplas dimensões, não apenas pela falta de dinheiro, ao considerar desigualdades de oportunidades, possibilidades e capacidades, o que abrange acesso aos

serviços de educação, saúde, lazer, cultura, moradia, entre outros [...].

Gisi (2006) aponta, ainda, que esta desigualdade se faz sentir desde o início da Educação Básica, portanto, reconhecê-la e viabilizar formas de superá-las deve ser o ponto de partida quando se pensa em uma educação de qualidade.

A educação superior no país se caracteriza como uma educação para poucos e não poderia ser diferente. A problemática não se situa, unicamente, no âmbito educacional, ainda que seja verdadeiro que existe uma opção pela transmissão da cultura dominante o que dificulta sobremaneira o acesso e a permanência de grande parte dos alunos. (Gisi, 2006, p. 13).

Dentre os 11 entrevistados, seis (6) são residentes da área urbana. Cinco (5) são oriundos das áreas rurais de Miguel Calmon e precisaram sair de suas localidades para concluir a educação básica (no período do ensino médio) na sede, o que lhes trouxe dificuldades que impactaram diretamente em seu desempenho e permanência na escola. Entre os principais desafios apontados, estão a distância até as escolas, muitas vezes percorrida em estradas precárias e com transporte insuficiente, o que, além de comprometer a frequência, tem forte efeito sobre as condições de aprendizagem.

DESIGUALDADE SOCIAL E O ACESSO À UNIVERSIDADE PÚBLICA

Segundo afirmam Veloso e Maciel (2015), mesmo com os avanços e retrocessos na educação, há mudanças positivas quando as políticas incluem o acesso dos diversos grupos sociais na educação superior, e negativas quando o sistema registra a predominância do ensino privado e, no setor público, a preocupação com a expansão de vagas está acompanhada de poucas ações de permanência estudantil, dificultando, sobretudo, tanto a entrada, quanto a subsequência desses estudantes.

No que se refere a evasão, esse índice também é alto, levando em consideração as condições de vida desses estudantes e de suas famílias e as poucas oportunidades ao seu alcance, que, segundo Barroso *et al* (2022, p. s/n) é considerado um atrito que “[...] pode ser iniciado por fatores como o desempenho acadêmico, as rotinas e a (in)satisfação com o curso e/ou a instituição de ensino superior. Diante disso, é comum, no início do primeiro semestre, termos salas repletos de pessoas que vão deixando a universidade com o passar do tempo, ocasionado tanto pela falta de suportes, quanto pelo fato de o curso em questão não ser almejado por esses indivíduos, principalmente quando se refere a cursos de licenciaturas, cursos esses

“designados” historicamente para os jovens pobres.

Gisi (2006) afirma que: “[...] embora não sejam suficientes as vagas para a demanda existente, verifica-se um crescente número de vagas ociosas e de evasão, evidenciando as dificuldades existentes para o ingresso e a permanência neste nível de ensino” (p. 12). Esse fato é, de maneira majoritária mais comum quando se trata de universidades públicas e pessoas de classes subalternas, sendo as maiores justificações as poucas opções ofertadas nessas universidades, principalmente nas que estão localizadas em cidades pequenas do interior, pois a classe dominante classifica as licenciaturas como “curso de pobre”, e são esses cursos que, na maioria das vezes, estão disponíveis e são, de certa forma, menos concorridos. Estudos indicam que a diferença de perfil socioeconômico dos estudantes universitários tem relação não só com tipo de instituição pública ou privada, mas com a distinção que é feita em relação a cursos de maior prestígio social e ao turno, diurno ou noturno [...] (Gisi, 2006, p. 8).

Em sua maioria, os residentes da Casa do Estudante são os primeiros de suas famílias a cursarem o Ensino Superior e lidam com uma série de fatores que implicam tanto na sua permanência, quanto nas questões que se referem a convivência, pois, ao sairmos de nossa zona de conforto (nossa casa) para morarmos em uma residência estudantil sem anteriormente ter tido experiências parecidas, lidamos com pessoas “estranhas” que possuem vivências e costumes diferentes. Lidamos ainda com fatores como a locomoção e a falta de tempo para conciliar o estudo com o trabalho, visto que, na maioria das vezes os auxílios ofertados não são suficientes para cobrir despesas pessoais e da residência, tendo em vista, ainda, que nem todos são contemplados e dependem exclusivamente de suas famílias. Assim, enfrentam obstáculos e dificuldades que certamente surgirão ao longo do caminho.

[...] pensar [...] no âmbito da universidade exige pensar em políticas de transferência de renda, como é o caso das bolsas, que têm sido alvo de constantes reduções em número e valor, mas também em questões mais amplas, como o próprio direito à conclusão do curso como estratégia para melhorar as condições de acesso ao mercado de trabalho, visto que um grande contingente de estudantes de classes populares são os primeiros de suas famílias a aceder ao ensino superior (Mendes, 2020, p. 10).

Nesse contexto, a Casa do Estudante oferece um suporte com um custo mínimo que não seria possível em um outro lugar, porém, ainda assim os desafios durante a graduação ainda fazem parte da realidade, pois, além das dificuldades de se estar longe de casa, muitos não conseguem se manter sem auxílios oferecidos pela universidade ou ajuda dos pais, que, infelizmente em sua maioria tem uma renda muito inferior as suas necessidades.

[...] Assim, tratar da permanência dos estudantes no ensino superior [...] nos

ajuda a pensar meios de lidar com questões relacionadas à evasão, retenção e ampliação das taxas de conclusão, bem como com a experiência universitária e a interação entre alunos e instituição (Prado, 2022, p. 3).

Para tal, compreende-se que os desafios enfrentados pelos estudantes calmonenes vão desde o acesso à universidade, até o deslocamento, moradia, adaptação e distância da sua cidade natal, bem como destaca a relevância da CESB para lidar com estes obstáculos. Sobre a sua importância, destaca-se:

A CESB lhe dá estabilidade e assegura ter um lugar fixo para morar com um custo de vida baixo (E2).

É importante nas questões de crescimento da vida, é onde aprendemos muitas coisas que não sabemos e que vamos levar para o futuro. Ela está sendo importante na minha permanência nas questões financeiras (E7).

Acolher estudantes que estão precisando de uma casa e um custo não tão caro, e não tem condições para alugar um apartamento ou casa. Me ajudou o acolhimento das pessoas, me fazendo me sentir em casa de alguma forma, pois me ajudou a encarar as dificuldades longe de casa; além do custo aqui ser mais baixo do que ir morar sozinha (E8).

O custo de vida em outra cidade distante é muito alto, por esse motivo, diversos jovens desistem da possibilidade de estudar fora, mesmo quando são contemplados com uma vaga em universidades públicas, que se destacam por sua excelência, eficácia e qualidade. Nesse sentido, ter um suporte do poder público municipal é determinante para que o acesso e a permanência no ensino superior público seja possível, especialmente em uma cidade tão rica em oportunidades como Senhor do Bonfim. Nessa perspectiva, Portes (2006, p. 227) afirma:

Se a condição econômica não é determinante das ações e práticas do estudante pobre - em um passado e em um presente -, ela é um componente real, atuante, mobilizador de sentimentos que comumente produzem sofrimento neste tipo de estudante e ameaçam sua permanência na instituição.

Sobre a relevância das residências estudantis, Garrido (2015) cita: "[...] No Brasil, quando ocorre, a oferta [...] de moradias estudantis visa, especialmente, a acolher estudantes em condições socioeconômicas desfavoráveis, oriundos de cidades distintas [...]" (p. 2). Para Portes (2006), embora não determine de forma absoluta as ações e práticas do estudante pobre, a condição econômica exerce uma influência significativa e constante sobre sua trajetória no ensino superior. Ela não limita necessariamente a capacidade de sonhar, planejar ou resistir, mas impõe barreiras concretas que afetam diretamente o cotidiano acadêmico e emocional desses estudantes.

As dificuldades financeiras atuam como um fator mobilizador de sentimentos como angústia, insegurança e frustração, pois a incerteza sobre como manter-se na universidade, pagar moradia, alimentação ou transporte, muitas vezes, gera sofrimento psicológico e desgaste. Esse cenário compromete não apenas o desempenho acadêmico, mas também o bem-estar e a autoestima dos estudantes, que podem se sentir deslocados ou inferiores diante de colegas com melhores condições de vida. Assim, a condição econômica, embora não seja destino, é uma força presente e poderosa que desafia diariamente a permanência e o sucesso dos estudantes pobres nas instituições de ensino superior, exigindo políticas públicas que vão além do acesso e garantam também o acolhimento e a equidade dentro do espaço acadêmico.

A inclusão desses sujeitos na universidade conta com estratégias que permitem a sua permanência e sustento, como bolsas e auxílios, cotas, etc. A Casa do Estudante de Senhor do Bonfim (CESB), foi idealizada com o intuito de dar a esses sujeitos a oportunidade de estudar em uma outra cidade, oportunidade essa que, para a maioria seria impossível caso ela não existisse.

Os gastos seriam muito altos com móveis, aluguel, alimentação. Sem a CESB muita gente desistiria de estudar, ela permitiu que eu me estabelecesse em Bonfim de uma forma que não fosse tão cara (E11).

É um apoio, diferencial que a nossa cidade tem é disponibilizar uma ajuda em forma de república em algumas cidades, o que facilita a nossa ida a faculdade, sem se preocupar com gastos excessivos. É ajuda pra gente que não tem condições financeiras. Ter esse apoio, o local onde ficar é de total importância para que permaneçamos na faculdade (E8).

Dentre todas as respostas, as mais comuns fazem referência ao fato de alguns precisarem sair do trabalho, dos gastos que seriam menores caso a universidade fosse na sua cidade, o não apoio emocional necessário e, para alguns, o fato de não ter faculdade em Miguem Calmon significa um atraso. Os relatos nos levam a compreender que as principais adversidades encontradas pelos residentes calmonenses na cidade de Senhor do Bonfim- Bahia, cidade essa que conta com três universidades públicas e algumas particulares, estão relacionadas a adaptação longe de seus familiares, amigos e conhecidos, em uma cidade, muitas vezes, não conhecida anteriormente por eles, “caindo de paraquedas”, como mencionado por uma das moradoras, bem como ao sustento, visto que, por não conseguir um emprego, muitos desses estudantes dependem exclusivamente de bolsas oferecidas pelas universidades ou de seus pais

A faculdade é pública, mas a gente tem que arcar com várias coisas (E2).

A partir do momento que que você precisa sair do seu lugar de costume para ir a outra cidade desconhecida, sem amigos ou família, você não encontra o suporte necessário que teria se fosse em sua cidade natal (E1).

Ter que deixar tudo aqui pra trás e começar uma vida que eu não estava pronto ainda (E10).

De diversas formas, se tivesse universidades públicas lá, dificilmente eu teria que me descolar para morar em outro local o que facilitaria a entrada e permanência na universidade, estando em casa os custos financeiros seriam irrisórios (E11).

Sobre isso, Costa e Dias (2015) citam:

Entre as dificuldades desses alunos estão a necessidade de se conciliar trabalho e estudo, a adaptação a um novo sistema de ensino, o que exige maior autonomia, conhecimentos prévios formais e informais de maior complexidade, aprendizados nem sempre vivenciados pelos alunos de camadas mais populares (p. 52).

Em todos os casos, as pessoas passaram a saber da existência de uma casa estudantil fora de sua cidade através de conhecidos que são antigos moradores, muitas vezes amigos, profissionais, especialmente da área da educação. Isso enfatiza que, ao longo dos seus mais de 20 anos, a CESB serviu para direcionar muitas pessoas ao mercado de trabalho, realizando seus sonhos e permitindo que conseguissem uma graduação. Ao serem questionados acerca do motivo de optar por estudar em Senhor do Bonfim, a resposta da maioria estava relacionada ao fato de que, apesar das poucas opções, a cidade era a única que oferecia o curso desejado ou que mais se parecia com ele, visto que na região apenas duas cidades possuem universidades públicas.

Fui pela existência da casa do estudante e por ter o curso que queria (E7).

Pelo custo ser mais baixo comparado em outras cidades e ser mais perto de casa (E10).

Atualmente a CESB conta com 19 pessoas que precisam seguir regras, conciliar estudo, saudade da família e da antiga rotina, trabalho (para aqueles que conseguem trabalhar) e a incerteza de sua estadia na cidade. “[...] cabe destacar que a permanência na universidade tem diferenças e peculiaridades para os estudantes pertencentes às famílias pobres [...]” (Santos, 2009). Ao serem questionados acerca de suas maiores dificuldades, os(as) estudantes disseram:

A gente cai de paraquedas na casa, meio que sem instrução nenhuma (E9).

Os primeiros desafios foram de convivência, me acostumar a não ter privacidade, dividir o quarto com mais três membros, compras de moveis e tentar deixar o ambiente mais aconchegante e familiar [...] em casa temos uma rede de apoio maior aqui não é possível (E3).

O principal obstáculo foi o financeiro (E7).

Adaptação ao morar com muitas pessoas e a cultura da cidade que é tida como padrão [...] necessidade de buscar pela oportunidade de emprego para se manter na casa (E8).

Alimentação e ficar sem trabalhar para estudar, convivência e mudança de cidade junto com o afastamento da família e amigos (E5).

Acostumar a morar com muitas pessoas. minha preocupação era o dinheiro acabar e eu não ter como me manter (E4).

Como indica Garrido (2015, p. 3), os estudantes “[...] indicam que a condição de residente em moradia estudantil e um conjunto de características da moradia e de situações que são experimentadas no dia a dia trazem implicações à formação dos moradores [...]”, pois, o fato de se estar longe de casa e seguindo uma rotina completamente diferente da de costume implica diretamente no desempenho acadêmico do indivíduo. Sobre isso, os relatos foram praticamente os mesmos: a nova rotina e a distância da família acabam interferindo no desempenho dos estudantes, especialmente no período de adaptação. Como expressou E4: “Você tem que ter muita força de vontade para continuar centrada nos objetivos” (E4).

Segundo Portes (2006), é possível dizer que:

Se a condição econômica não é determinante das ações e práticas do estudante pobre - em um passado e em um presente -, ela é um componente real, atuante, mobilizador de sentimentos que comumente produzem sofrimento neste tipo de estudante e ameaçam sua permanência na instituição (p. 227).

Um dado importante obtido através desse estudo refere-se aos indivíduos cotistas residentes na CESB, número esse considerável e que mostra a importância desse sistema que prioriza a inclusão com o objetivo de favorecer o acesso e a permanência de estudantes em seus respectivos ou futuros cursos. “A Política de Cotas é uma das ações preconizadas pelo MEC para favorecer o acesso e a permanência de estudantes na educação superior e privilegia estudantes considerados carentes e oriundos de escola pública [...]” (Velo; Maciel, 2015, p. 236).

A EDUCAÇÃO COMO CAMINHO PARA O SUCESSO PROFISSIONAL: desafios e perspectivas

A escolha profissional é um fator determinante na construção do sucesso, pois influencia diretamente a realização pessoal, a estabilidade financeira e a inserção social do indivíduo. No entanto, para estudantes de baixa renda, essa escolha muitas vezes não é pautada pelo desejo ou vocação, mas sim pelas limitações impostas pela realidade socioeconômica. Muitos jovens sonham com determinadas profissões, mas acabam optando por cursos disponíveis em instituições que estejam em localizações mais convenientes ou mais acessíveis economicamente, mesmo que não estejam alinhados com seus interesses ou talentos.

O acesso ao ensino superior assumindo importância cada vez maior na sociedade atual, especialmente quando se associa que o êxito profissional está relacionado a educação, sobretudo a uma graduação. É importante salientar que o contexto socioeconômico é fator na escolha profissional. “[...] Jovens provenientes de classes socioeconômicas desfavorecidas tendem a apresentar dificuldades em tomar decisões sobre o que fazer, uma vez que restrições de ordem econômica podem limitar suas possibilidades [...]” (Sobrosa, *et al*, 2015, p. 318). Dessa forma, 6 dos estudantes participantes deste estudo e moradores da CESB relataram que o curso escolhido não era a sua de sua preferência e dificilmente o fariam se tivessem outras opções, mas simplesmente aproveitaram a oportunidade. Frases como “caí de paraquedas”, ou, “não era o que queria, mas aproveitei a oportunidade” foram as mais comuns ao longo desse estudo, o que mostra que, apesar da chance de estudar, muitos indivíduos não se identificam com o seu curso, e dificilmente fariam se tivessem tido opções, tanto de cursos, quando de suporte desde a educação básica.

Estou aqui por falta de opção (E3).

Adentrei por falta de opção (E11).

Diniz e Georgem (2019) enfatizam:

[...] no caso brasileiro o ‘ensino superior’ traz, em si, características que comportam peculiaridades, entre elas: seu surgimento tardio; a dicotomia do sistema, desde sua gênese; e, por fim, a mudança do perfil do aluno ingressante no ensino superior na contemporaneidade, dadas as políticas públicas que promovem acessibilidade social, bem como, os avanços tecnológicos próprios da sociedade do conhecimento e da informação. (s/n).

Citados por Gisi (2006), Bourdieu; Passeron (2003) afirmam que:

A permanência na educação superior pressupõe condições preexistentes, em especial, capital cultural que é adquirido ao longo da trajetória de vida e escolar e que não se adquire de um momento para outro. Assim, nas possibilidades de ingressar na educação superior se lê o resultado de uma seleção que se exerce em toda a trajetória escolar e que é muito desigual segundo a origem social dos alunos (p. 12).

Todos os entrevistados relataram não encontrar dificuldades para conseguir vaga na CESB e destacaram dois elementos como sendo os mais desafiadores na sua estadia: adaptação e condições financeiras de se manterem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a expansão da Educação Superior a partir dos anos 2000 houve uma mudança significativa no perfil dos estudantes, permitindo a entrada de alunos oriundos de classes socioeconômicas mais baixas em universidades públicas e privadas. Diante desse novo cenário, tornou-se fundamental o fortalecimento das políticas de assistência estudantil, com o objetivo de promover a permanência de graduandos, especialmente daqueles em situação de vulnerabilidade social e econômica, buscando minimizar os obstáculos enfrentados ao longo da trajetória acadêmica.

Ao longo da pesquisa, foi possível perceber que o processo de mudança de cidade natal para buscar acesso à educação envolve não apenas aspectos logísticos, mas também emocionais, sociais e financeiros. Os estudantes entrevistados relataram sentimentos de saudade, insegurança e adaptação, especialmente nos primeiros meses longe de suas famílias. Além disso, enfrentam dificuldades relacionadas à convivência coletiva, à divisão de responsabilidades e à administração do tempo entre os estudos e as tarefas cotidianas da casa. Por outro lado, também trouxeram relatos de amadurecimento, autonomia e valorização do processo educativo, respondendo assim à questão central deste estudo.

A casa estudantil se apresenta como uma alternativa importante de apoio, possibilitando que jovens calmonenses tenham acesso à educação, já que todos os moradores que residiram na mesma durante seus mais de 20 anos de funcionamento são oriundos de famílias pobres, muitas vezes da área rural, sem perspectiva de um futuro diferente daquele que para muitos indivíduos acaba se tornando hereditário, se apresentando como um suporte essencial, indo além de um espaço físico de moradia; ela se torna um lugar de vivência coletiva, partilha e resistência.

No entanto, ficou evidente que, para além da oferta de moradia, é fundamental que haja um suporte contínuo com a ampliação de políticas públicas que possam suprir as necessidades desses estudantes. Para além disso, as informações aqui apresentadas apontam questões referentes aos principais obstáculos encontrados pelos estudantes pertencentes a classe subalterna no Brasil, mas necessariamente da cidade de Miguel Calmon- Ba, bem como quais as ações de permanência as universidades oferecem a esses estudantes. Nessa percepção, ao analisar os dados a partir dos objetivos propostos foi possível identificar como e de quais maneiras a desigualdade social são determinantes para a escolarização da classe trabalhadora. Dessa forma, é preciso avançar nas políticas públicas de direcionada a este público tão diversificado que traz consigo uma bagagem de negligências escolares, contextos sociais de ausências.

Diante das experiências relatadas, concluímos que a busca pela educação exige renúncias, esforço constante e enfrentamento de diversas adversidades. Reconhecer essas trajetórias é fundamental para pensar políticas de acolhimento e permanência estudantil que considerem as realidades de jovens oriundos de municípios e comunidades e que são obrigados a deixarem seus lares para terem garantido o direito de estar na universidade .

Nossa escuta dos estudantes de Miguel Calmon revelam não apenas as dificuldades enfrentadas por eles nesse percurso, mas, sobretudo, a força e o desejo de transformação por meio da educação. Este trabalho evidencia a importância de valorizar essas vivências e de ampliar o debate sobre acesso e permanência no Ensino Superior a partir de uma perspectiva humana, sensível e comprometida com os direitos de todos os cidadãos, conseguindo identificar os elementos aqui explícitos, no entanto, há outras coisas que não foram contempladas, especialmente no que se refere a melhorias e possibilidades de permanência de indivíduos no ensino superior, visto que essa demanda está cada vez mais alta.

Este estudo não apenas revelou os desafios enfrentados por esses jovens, mas também destacou sua força, resiliência e capacidade de superação. São histórias marcadas por coragem, esperança e o desejo de transformar suas trajetórias por meio da educação.

REFERÊNCIAS

ABREU, M, K, A, de; XIMENES, V, M. **Pobreza, permanência de universitários e assistência estudantil: uma análise psicossocial.** Psicologia USP, 2021, volume 32.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial de 2012. Igualdade de gênero e desenvolvimento.** Washington: BM. 2012.

Barroso PCF, Oliveira ÍM, Noronha-Sousa D, Noronha A, Mateus CC, Vázquez-Justo E, et al.. **Fatores de evasão no Ensino Superior: uma revisão de literatura**. *Psicol Esc Educ* [Internet]. 2022;26:e228736. Available from: <https://doi.org/10.1590/2175-35392022228736>

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 5. ed. São Paulo,

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Planalto, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. O que é lei de cotas? <http://portal.mec.gov.br/cotas>.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Editora Vozes. Rio de Janeiro: Petrópolis, 2006..

COSTA, S, L, da; DIAS, S, M, B. A permanência no ensino superior e as estratégias institucionais de enfrentamento da evasão. **Jornal de políticas educacionais** v.9, n.17 e 18 | Janeiro-Junho e Agosto-Dezembro de 2015 | PP. 51–60.

DINIZ, R, V; GEORGEN, P, L. Educação Superior no Brasil: panorama da contemporaneidade. **Avaliação (Campinas)** 24 (03) Sep-Nov 2019 <https://doi.org/10.1590/S1414-40772019000300002> .

FINATTI, Betty Elmer; ALVES, Jolinda de Moraes; SILVEIRA, Ricardo de Jesus. Perfil sócio, econômico e cultural dos estudantes da Universidade Estadual de Londrina-UEL - indicadores para implantação de uma política de assistência estudantil. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 6 e 7, n. 1 e 2, p. 246-264, jan.-dez./2006, jan.-dez./2007.

GANAM, E. A. S; PINEZI, A. K. M. Desafios da permanência estudantil universitária: um estudo sobre a trajetória de estudantes atendidos por programas de assistência estudantil. **Educ. rev.** 37 • 2021 • disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698228757>. Acesso em 02 já. 2025.

GARRIDO, E, N. A Experiência da Moradia Estudantil Universitária: Impactos sobre seus Moradores. **Psicol. cienc. prof.** 35 (3) • Jul-Sep 2015.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GISI, M, L. A Educação Superior no Brasil e o caráter de desigualdade do acesso e da permanência. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n.17, p. 97-112, jan./abr. 2006.

IBGE, **Miguel Calmon**. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/miguel-calmon>. Acesso em outubro de 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

MARQUES, W. Brasil, terra de contrastes. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 19, n. 3, p. 749-771, nov. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772014000300011&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em 04. Jan. 2025

MASTRODI, J. IFANGER, F. C. de, A. Sobre o conceito de políticas públicas. **Revista de**

Direito Brasileira | Florianópolis, SC | v. 24| n. 9| p.05-18|Set./Dez. 2019.

McCowan, T., & Schendel, R. (2015). **A mudança do papel da universidade e seu impacto na sociedade em países de baixa renda**. In J. R. Silva Junior et al. Internacionalização, mercantilização e repercussões em um campo de disputa (p. 19-48). Belo Horizonte, MG: Fino Traço.

MENDES, M, T. Políticas de Reconhecimento e de Redistribuição na Permanência Estudantil. **Educação & Realidade**, vol. 45, núm. 4, e96281, 2020.

OLIVEN, A. C.; BELLO, L. Negros e indígenas ocupam o templo branco: ações afirmativas na UFRGS. **Horizontes Antropológicos**, v. 23, n. 49, p. 339–374, set. 2017.

PINTO, M. P. P; COLARES. M. de. F. A. **O estudante universitário: os desafios de uma educação integral**. Simpósio: Tópicos avançados para a formação e o desenvolvimento docente para professores dos cursos da área da saúde. Capítulo IX. Medicina (Ribeirão Preto) 2015.

PORTES, Écio Antônio. Algumas dimensões culturais da trajetória de estudantes pobres no ensino superior público: o caso da UFMG. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 87, n. 216, p. 220-235, maio/ago. 2006.

PRADO, R. Permanência na educação superior: contribuições teóricas e práticas. **Linhas Críticas**, vol. 28, e43674, 2022 Universidade de Brasília, Brasil.

SALATA, A. R; BRINGHENTI, T. F. da, S; MIRANDA, A. C. H. de. **Origem Social e Acesso ao Ensino Superior no Brasil entre 1992 e 2022**. Rio de Janeiro Vol.68 N.3 Ano 2025

SANTOS, D. B. R. **Para além das cotas: A permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa** (Tese de Doutorado). Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2009.

SILVA, M, A, da. Qualidade social da educação pública: algumas aproximações. **Cad. CEDES** 29 (78) • Ago 2009 • <https://doi.org/10.1590/S0101-32622009000200005>.

SOARES, A. B; *et al.* **Expectativas acadêmicas de estudantes nos primeiros anos do Ensino Superior**. Arquivos Brasileiros de Psicologia; Rio de Janeiro, 2018.

SOBROSA, G. M. R. Influências percebidas na escolha profissional de jovens provenientes de classes socioeconômicas desfavorecidas. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 21, n. 2, p. 314-333, ago. 2015.

TRAGTENBERG, M. **Sobre educação, política e sindicalismo**. São Paulo, 3. ed., Editora UNESP, 2004.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VARGAS, H; HERINGER, R. Políticas de Permanência no Ensino Superior Público em

Perspectiva Comparada: Argentina, Brasil e Chile. **Education Policy Analysis Archives/Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, vol. 25, 2017, pp. 1-33.

VARGAS, Michely de Lima Ferreira. **Ensino superior, assistência estudantil e mercado de trabalho: um estudo com egressos da UFMG**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

VASCONCELOS, C. R. D; ARAUJO, J. A. Q. de, C. Direitos humanos, educação e desigualdade social no Brasil. **Revista Humanidades e Inovação** v.7, n.19 - 2020

VELOSO, T, C, M, A; MACIEL, C, E. Acesso e permanência na educação superior – análise da legislação e indicadores educacionais. **Revista Educação em Questão**, vol. 51, núm. 37, enero-abril, 2015, pp. 224-250.

Yaremko, R. K., Harari, H., Harrison, R. C., & Lynn, E. (1986). **Handbook of research and quantitative methods in psychology**. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.